

RESENHA  
*O PRESENTE  
DA MEMÓRIA:*

USOS DO PASSADO E AS (RE)CONSTRUÇÕES  
DE IDENTIDADE DA FOLHA DE S. PAULO,  
ENTRE O “GOLPE DE 1964” E A “DITABRANDA”.  
JUNDIAÍ – SP, PACO EDITORIAL, 2014.

JOÃO PAULO ROSSATTI, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, CUIABÁ, MATO GROSSO, BRASIL.  
Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2015). E-mail: jprossatti@gmail.com

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p156-166>

“Quem domina o passado domina o futuro; quem domina o presente domina o passado” George Orwell nos brindou com esse chiste político em sua famosa obra *1984*, aqui ela se encaixa muito bem na problemática referente à memória, e com isso não queremos dizer que o domínio é totalitário, como no livro, mas apenas queremos expor que certas formalidades inerentes à própria memória podem mudar a forma como as pessoas ou instituições experimentam sua história.

A imprensa trabalha, em seu discurso, de forma incessante com a “criação” de memórias sociais, ela transfigura-se em um lugar de memória, que pode (e deve) ser consultado, para se rememorar os “principais” acontecimentos de determinada sociedade em determinado espaço e tempo. Desse modo, em suas páginas estão elencados os fatos que foram “dignos” de serem lembrados, fora desse espaço há apenas o “esquecimento” que paira como uma nuvem sobre a sociedade. Quando se trata de uma memória coletiva, ou seja, quando tratamos de um acontecimento ao mesmo tempo singular e coletivo, usos e abusos da memória e da história são constantes. A mesma memória que irrompe é aquela que pode ser apagada, basta que perca sua “utilidade”.

A memória, a partir desta perspectiva “criadora”, pode ser vista como um ato político, pois a ação de (re)lembrar pode trazer à tona momentos, pessoas e acontecimentos, até então relegados, e seu par antitético: esquecer,

pode apagar do imaginário coletivo personagens e fatos. Para entender essa relação entre a memória, a história e o esquecimento<sup>1</sup> é necessário entender os contextos de produção dos discursos e monumentos (co)memorativos. Assim, uma memória pública sempre pode ser usada de forma política.

Os meios de comunicação de massa, nesse esquema rememorativo, são importantes ferramentas para a consolidação de memórias no imaginário social. Na perspectiva historiográfica contemporânea, uma das formas de trabalhar com a memória se dá sob o ponto de vista do acontecimento, o acontecimento na era das mídias, pois ao seguir seus vestígios é possível localizar estratos de tempos diferentes, e é nesses vestígios que se encontra a sincronia e a diacronia, ou a simultaneidade do não simultâneo, como caracteriza o historiador Reinhart Koselleck. A mídia de massas, desse modo, de acordo com François Dosse, participa de forma plena na construção do acontecimento que elas mesmas transmitem: “para ser, o acontecimento deve ser conhecido, as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência” (2013, p. 260). A imprensa cria o “acontecimento-monstro”, termo cunhado pelo historiador Pierre Nora (1979) para caracterizar essa propriedade nova do acontecimento. A partir da conformação de um acontecimento na imprensa é possível, portanto, acessar as memórias que configuram essa dialética temporal entre o presente e o passado e, desse modo, vasculhar nas lembranças que emergem no discurso memórias que permanecem e memórias que se transformam.

E é justamente a partir de um acontecimento, que podemos considerar “menor”, o “caso ditabranda”, que André Bonsanto Dias<sup>2</sup> parte em busca dos vestígios e resíduos temporais de outro acontecimento, a esfinge acontecimental que foi o golpe de 1964, para mapear as (re)construções da identidade do jornal *Folha de S. Paulo* ao longo de quase 50 anos, entre 1964 e 2009. O acontecimento, em sua pesquisa, pode ser lido de acordo com a definição de Dosse, como: “um processo imanente de doação de sentindo segundo um processo oscilante de identificação” (2013, p. 268).

1. Referência à obra do filósofo Paul Ricoeur.

2. Formado em Comunicação Social (2007) e História (2008) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, possui mestrado em Comunicação pela UFPR (2012) e atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF.

O livro, lançado em 2014, é fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 2012 na Universidade Federal do Paraná. Sua hipótese parte da problemática referente aos usos da memória em relação ao grande acontecimento de 1964, Dias problematiza as efemérides produzidas pelo jornal *Folha de S. Paulo* nas comemorações decenais de aniversário, primeiro da chamada “revolução” e depois “golpe”, para avaliar os vestígios memoriais presentes nos discursos perpetrados pelo jornal ao longo do recorte temporal de sua pesquisa. A partir dessa ideia central, o autor constrói seu argumento ao longo de três capítulos. O primeiro, *Memória, imprensa e ditadura militar: rastros, lembranças e apagamentos*, visa mostrar como “a memória” é “seletiva em sua forma de reger o passado, é um ato político. Envolve questões de poder, identidade e é sempre lembrada a partir da perspectiva atual e particular” (DIAS, 2014, p.23).

Nessa primeira parte o autor busca definir a “cultura da memória” na sociedade contemporânea, mostrando como a mídia, ao tomar para si um papel “musealizador”, age como “lugar de memória” que atua para evitar o esquecimento (DIAS, 2014, p.30). Desse modo, segundo o autor, podemos observar como as mídias de massa ocupam um lugar central “na sociedade fundamentada em memórias”, o que, conseqüentemente, pode levar a alguns usos e abusos da lembrança, pois “os meios de comunicação, seja através da inserção e da lembrança de acontecimentos diários na imprensa, seja através de produtos destinados ao entretenimento, consolidam muitas memórias no imaginário da sociedade civil a partir de um enquadramento próprio” (DIAS, 2014, p. 31-32). Portanto, para construir sua pesquisa, Dias segue dois eixos fundamentais para analisar a memória da *Folha de S. Paulo*. Primeiro a questão “política da justa memória”, que empresta de Paul Ricoeur, e consiste em perceber que:

Lembrar, esquecer não são atos involuntários, estão condicionados a usos, a abusos de um presente que podem sufocar, apagar, ou até reforçar um passado a partir de interesses particulares. Assim, não se deve problematizar a lembrança como algo necessariamente “bom”, em detrimento do esquecimento, algo “ruim” e que precisa ser evitada. Lembrança e esquecimento caminham juntos e é este caráter intrínseco da memória que constitui a identidade de uma sociedade. (DIAS, 2014, p.36-37)

Assim, ao invés de buscar a “verdade” e destrinchar o discurso do jornal, Dias busca restituir com justeza as lembranças que o jornal construiu sobre sua própria atuação no período do regime militar e da redemocratização. Além da “justa memória” para (re)construir o percurso da memória da e na Folha o autor se vale também das etapas para se fazer o “bom uso” da memória proposta por Tzvetan Todorov em seu livro *Memória do mal, tentação do bem* (2002). O historiador búlgaro divide os procedimentos explicativos para compreender o passado em três etapas distintas, das quais Dias se vale para estabelecer seu argumento. São elas: estabelecimento dos fatos - visa selecionar e hierarquizar os sinais deixados pelo passado; a construção do sentido - fase em que se interpretam os fatos coligidos na primeira; por fim, o aproveitamento - após o estabelecimento dos fatos e a construção do sentido esse passado deve ter uma utilização, ou seja, é nessa etapa que se fazem os usos da memória (2014, p. 37-38).

De acordo com a metodologia adotada, a terceira parte do primeiro capítulo propõe uma análise dos “embates pela memória do regime militar”, um modo de demonstrar como ao longo dos anos algumas visões sobre o golpe tornaram-se hegemônicas, tanto nas leituras acadêmicas quanto nas visões populares sobre o acontecimento. Sendo que a memória predominante no estabelecimento dos fatos nesse período, que podemos chamar de visão hegemônica de direita, perdurou até o fim dos anos 1970, mostrando o acontecimento como uma “revolução” praticada em nome dos princípios democráticos e o acontecimento de um “milagre econômico”. Após esse período, emergindo de seu silêncio forçado, começam a pulular as memórias da esquerda que mostraram como muitos desses discursos da direita prevaleceram abafando a memória dos derrotados: os anos do “milagre” foram também os de “chumbo”. A imprensa não passou incólume por essa intensa disputa de narrativas. Se num primeiro momento a maior parte dos grupos midiáticos apoiou os militares e se valeu desse apoio para modernizar-se e consolidar-se financeiramente – caso da *Folha*, como o autor demonstra –, conforme os anos de bonança iam tornando-se um passado cada vez mais distante, esses mesmos grupos foram se afastando gradualmente do regime castrense, revendo posições e reconstruindo suas próprias narrativas de apoio ao golpe. No caso da *Folha* não foi diferente, segundo Dias:

Com a *Folha*, pode-se perceber que ocorre a mesma tentativa de uma inversão de memórias. O que o jornal pretende, a partir dos anos 1980,

é gerar uma política de reformulação da memória que praticamente apaga suas lembranças iniciais de apoio ao regime. (2014, p.53)

O autor demonstra como, a partir da década de 1980, o jornal busca se desvencilhar da imagem de apoiador do regime militar. Há uma remodelação da identidade daquele momento em diante, de um discurso de apoio e de convivência, adotando inclusive a autocensura como estratégia de defesa. Mantendo-se alheia a conflitos a *Folha* vai construindo, desde o lançamento do “Projeto Folha”<sup>3</sup>, a ideia de um caderno plural, aberto a todas as ideias, ou seja, um jornal com “a cara” da democracia.

No capítulo dois, *Folha de S. Paulo: visões do passado a partir de seus ‘rastros’ memoriais*, após situar o leitor nos embates sobre a memória no Brasil de uma maneira mais geral, Dias coloca em questão as memórias sobre a *Folha*. Uma mescla de memórias “oficiais” e de pessoas ligadas ao jornal que ao longo dos anos rememoram a atuação do diário durante o conturbado período. Assim, podemos perceber por meio de sua análise como, nos anos iniciais da, ainda, “revolução”,

o golpe foi bem recebido nas páginas da *Folha*, visto que o jornal dependia, ainda, e muito, de capital externo para se estabilizar. Ideologicamente, também não havia muita discordância entre o empresariado e o governo militar que tomou posse em 1964” (DIAS, 2014, p.64-65).

Porém, conforme a passagem dos anos evidenciava a falência do modelo econômico e social dos militares no poder, a publicação foi alterando suas posições frente ao regime, metamorfose que pode ser localizada na segunda metade dos anos 1970, momento em que a *Folha* define de forma mais clara seu projeto político-editorial e assume uma postura um pouco mais crítica em relação ao governo (DIAS, 2014, p.67).

Ao focar sua análise apenas nos editoriais referentes às comemorações do golpe (para celebrar ou para não mais repetir), Dias joga um pouco de luz na dúbia relação do diário e dos militares, evidenciando uma conexão que vai da cumplicidade à ruptura. Cisão que se dá,

3. Projeto editorial implantado na redação do jornal por Otavio Frias Filho a partir de 1984.

principalmente, a partir do momento em que o jornal busca associar sua imagem à campanha das Diretas-já, em 1984:

De um jornal que apoiou e precisou do regime militar para a sua reestruturação e consolidação, a Folha passou a ser identificada como um jornal de resistência, uma espécie de porta-voz das necessidades da sociedade civil no período de redemocratização. O jornal mudou de acordo com suas necessidades, para sobreviver enquanto empresa e para satisfazer as necessidades de seu leitorado, que clamava por outro tipo de posicionamento e informação. (DIAS, 2014, p.70)

A *Folha* cria para si, ao longo daquele período, a imagem de jornal comprometido com os valores democráticos, mas para que isso aconteça algumas memórias devem ser “apagadas”, ou escondidas nos “subterrâneos”. A atuação cúmplice dos editoriais que exaltavam os resultados do “milagre econômico” e da remoção da suposta ameaça comunista, que pairava sobre o Brasil de 1964, dá lugar a um discurso crítico ao modo como os direitos e as liberdades políticas foram turgados da sociedade civil. As memórias construídas pela *Folha*, através de “manipulações” e “impedimentos” fazem sua opção pelo esquecimento (DIAS, 2014, p.71). “Da memória que se torna história, a cristalização de uma identidade”, como afirma Dias em um dos subtítulos, o discurso assume a função de legitimar a atuação, destarte, combativa em relação ao moribundo regime, já em seu crepúsculo com o general João Figueiredo. Assim, assumida uma nova identidade, a história passa a dar respaldo às memórias do jornal:

Com a campanha das Diretas, o jornal saiu aparentemente vitorioso. Suas lembranças como porta-voz da redemocratização se legitimaram e as memórias de uma imprensa cúmplice e apoiadora do golpe se tornam subterrâneas, esquecidas, depositadas em um reservatório que parece não mais poder ser alcançado pela rememoração. O projeto editorial de 1984 pretende trilhar um caminho a seguir depois deste panorama. (DIAS, 2014, p.90)

O percurso de (re)construção da identidade foi feito com sucesso, o jornal plural e democrático, o jornal das Diretas, emergiu para o grande público,

sendo impossível ignorá-lo daquele momento em diante<sup>4</sup>. Nas memórias sobre a *Folha* o que se sobressaiu foi a postura combativa e democrática. Com a democracia em construção busca-se olhar para o futuro, o passado, o que de fato passou, deve ser visto como uma lição do que não repetir. Celebra-se a democracia, demoniza-se o golpismo antirrepublicano.

Enfim, no último capítulo, o mais longo da obra, *Acontecimento e o discurso midiático em sua inscrição na temporalidade: a construção, reconstrução, usos e apropriações do 'golpe de 1964'* Nas páginas da *Folha*, Dias procura analisar os discursos da *Folha* nas efemérides comemorativas do golpe, para isso o autor explora os editoriais do jornal dos anos de 1964, 1974, 1984, 1994, 2004 e os do caso “ditabranda”, publicado no ano de 2009. Mostrando como o discurso “atualiza constantemente o passado sob enquadramento próprio do presente” (2014, p.103) o autor destrincha as condições de possibilidade do texto em seu contexto, pois “o jornal envolve seus enunciados e lhes garante unidade” (DIAS, 2014, p.111). Em sua análise dos editoriais dos períodos acima citados Dias torna evidente que a memória apaga, silencia e transforma. Os editoriais de 1964 mostram apoio aos setores à direita da sociedade civil, que assumem o contorno geral de “povo” e demonstram alívio quando os militares, enfim, derrubaram a “ameaça” comunista que poderia se consolidar com um golpe da esquerda. Ou seja, para o jornal o “movimento” dos militares agiu baseado na legalidade e em nome da Constituição para repelir os abalos subversivos oriundos do golpismo comunista (2014, p.130).

Como demonstra bem o autor, um discurso, para ser interpretado, sempre depende do contexto, o que é evidenciado pelo caráter interdiscursivo que pauta a relação entre os dizeres. Desse modo, podemos inferir que há outros discursos no interior do discurso (DIAS, 2014, p.142). Com base na contextualização discursiva, pôde Dias demonstrar que mesmo na década de 1970, ainda reverberava nas páginas da *Folha* um apoio ao regime militar. As comemorações dos 10 anos do golpe saudavam a estabilidade da economia e da política adquirida pelo país. Segundo Dias, esta posição do jornal: “nos leva a crer que, durante o período, a empresa

4. *Folha de S. Paulo. Projeto Editorial 1984.* A Folha depois da campanha das Diretas-já. Credibilidade exige responsabilidade. Apud. Op. Cit. p. 90.

se identificou muito mais com os anos do ‘milagre’ do que combateu os (anos) de ‘chumbo’” (2014, p.145). Logo, para o jornal “o que houve há dez anos não foi um ‘golpe’ ditatorial, mas uma ‘revolução’ democrática que colocou o país nos trilhos da prosperidade” (2014, p.146). A *Folha* se aproveitou dessa prosperidade econômica do período, conseguindo se estruturar financeiramente, tornando-se um dos maiores jornais do Brasil. Sua memória naquele período, portanto, tingia em cores suaves o regime castrense, já que a própria corporação havia se beneficiado economicamente ao aderir os preceitos do regime. Os “anos de chumbo” se apagam nas páginas do jornal, e, em clima de euforia, os editoriais dão predomínio à pujança conquistada pela administração militar (DIAS, 2014, p.149). Por isso, em seu discurso, “não havia para a *Folha* a necessidade de aferir críticas ao governo, uma vez que ela muito prosperou ao longo dos anos de ‘milagre econômico’ do regime. Mais que isso, precisava mostrar aos seus leitores que este era o caminho a seguir” (DIAS, 2014, p.153).

Porém, como já vimos, os anos 1980 marcam um ponto de ruptura no discurso de consenso. Na sociedade civil (pelo menos em boa parte dela) emergem movimentos de apoio à democracia, uma luta para sua restituição como regime pleno na política brasileira. A infame democracia relativa praticada pelos generais não tinha mais espaço numa sociedade que se modernizara muito desde os idos de 64. Essa mudança no seio da sociedade foi acompanhada pela *Folha de S. Paulo*, que desde o final dos anos 1970, paulatinamente foi se construindo como um espaço plural de debates e opiniões em suas páginas (DIAS, 2014, p.164). Segundo o autor:

É sob este panorama que a empresa vai construindo um lento processo de reformulação de sua identidade. Processo que se deu, na prática, com a criação do ‘Projeto Folha’ [...]. A ‘política de pluralidade’ implantada pelo jornal procurou trabalhar incessantemente com uma lembrança que afastava o papel da empresa em apoio ao golpe e ao regime militar. Assim, a rememoração dos acontecimentos, neste momento, vai sendo utilizada como instrumento fundamental para legitimar a ideia de história que o jornal procurava construir a partir de então. Memória que procurava cristalizar a identidade de um jornal tido como (sempre) plural, apartidário e independente. (2014, p.165)

A *Folha*, daquele momento em diante, busca apagar seus rastros memoriais de antiga apoiadora do regime militar, naquele momento atrelado ao que havia de mais antiquado e atrasado em termos políticos e econômicos. Uma empresa que pretendesse sobreviver e prosperar na democracia em construção não poderia estar ligada a arcaísmos como uma ditadura. E assim a *Folha* assumiu outra identidade, esquecendo seletivamente aquilo que não convinha para sua história. A memória do “milagre” transmuta-se, junto com a do jornal, para a memória dos “anos de chumbo”, cria-se a ideia de que a *Folha* desde sempre foi um espaço plural e que combateu o mal ditatorial (DIAS, 2014, p.174). Como afirma o autor: “do batismo à exorção, os benefícios da ‘revolução’ de 1964 são aos poucos apagados da narrativa do jornal.” (DIAS, 2014, p.177). Com o nascimento de uma nova democracia, nasce um novo jornal, batizado em praça pública no movimento das Diretas.

As efemérides dos anos 1990 e início dos 2000 marcam o período que podemos chamar de o “juízo da História”, pelo menos nas páginas do jornal. Apesar da pluralidade de opiniões, conforme a proposta do jornal predominam visões que deveriam “lembrar aos seus leitores para que não mais se esqueçam daquele assombroso regime, para que não mais comentem os mesmos erros do passado” (DIAS, 2014, p.184). Recortando as narrativas e selecionando apenas aquilo que convinha para o seu projeto de (re)construção de identidade o jornal foi eficiente em apagar de suas próprias memórias o apoio inicial dado aos militares:

A *Folha* procurou adentrar o século XXI, portanto, evidenciando que não só esquecera aquele passado de prosperidade, mas que em nada poderia assemelhar-se a ele. Suas políticas de memória construídas até então parecem ter sido eficientes e o jornal saíra de apoiador do golpe ao grande articulador dos preceitos democráticos nas décadas seguintes. (DIAS, 2014, p.188)

Os usos, abusos e seleções do passado foram eficientes na “construção” da *Folha* como um “jornal a serviço do país”. O contexto de produção dos discursos vai desautorizando a “revolução de 1964” que aos poucos, em suas páginas, torna-se o “golpe” da vergonhosa ditadura militar que solapou 21 anos de democracia no Brasil. Com essa assimetria da memória, o jornal reconfigura-se e assenta sua reputação junto ao público leitor - uma “folha” foi virada.

Porém, como nem tudo é calmaria, e a memória pode se mostrar traiçoeira, em 2009 explode o caso “ditabranda”<sup>5</sup> – a última parte da análise do livro de Dias – que mostra como a criação do neologismo, a princípio colocado de forma inocente em um editorial que versava sobre o governo de Hugo Chávez na Venezuela, pôde trazer à tona os embates sobre as narrativas e memória do jornal o que, por sua vez, gerou debates acalorados entre leitores, parte da intelectualidade brasileira e a *Folha*. Contenda discursiva que, segundo Dias, causou espanto em parte dos leitores, acostumados com a imagem de jornal combativo que havia sido forjada nas últimas décadas pelo próprio diário.

Enfim, ao problematizar as memórias da e sobre a *Folha de S. Paulo*, André Bonsanto Dias nos mostra como as narrativas e memórias impõem-se umas sobre as outras, às vezes sob o peso do silêncio e do esquecimento forçado. Obliterando memórias foi possível ao jornal ligar-se à própria ideia de democracia, pois, como mostra o autor, a partir da década de 1980, a *Folha* vai construindo uma memória sobre sua própria atuação durante o regime militar. Uma memória que se fez de forma lenta, gradual e segura, tal como a abertura política pela qual o país passava. *O presente da memória* torna-se leitura obrigatória aos que pretendem estudar a construção e reconstrução da memória por veículos de comunicação da chamada grande mídia.

## REFERÊNCIAS

DIAS, André Bonsanto. *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e fênix*. São Paulo: Edunesp, 2013.

NORA, Pierre. *O retorno do fato*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 179-193.

Resenha recebida em: 13/02/2016

Resenha aprovada em: 10/06/2016

5. Editorial publicado em 12 de fevereiro de 2009.